



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BRUNA LAÍSE RODRIGUES ROCHA**

**ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NO MUNICÍPIO DE  
ANANINDEUA-PARÁ.**

**BELÉM/PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

L189e Laíse Rodrigues Rocha, Bruna.  
Estratégias e desafios na educação inclusiva, no Município de  
Ananindeua – Pará / Bruna Laíse Rodrigues Rocha. — 2024.  
17 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Zenilda Botti Fernandes  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Instituto de Ciências da Educação, Faculdade de Educação,  
Belém, 2024.

1. Educação Inclusiva . 2. Inclusão . 3. Políticas Públicas .  
I. Título.

CDD 371.9046098115

---

## ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ.

Bruna Laíse Rodrigues Rocha<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo possui como objetivo analisar e refletir acerca dos desafios e estratégias existentes para garantir uma educação inclusiva no município de Ananindeua-PA, com ênfase nos alunos portadores de deficiência. O interesse pela pesquisa justifica-se pelo diálogo com estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) que trabalham com crianças que precisam de inclusão, além da experiência pessoal em uma escola do município. Para embasar o estudo e discussões, o referencial teórico levou em consideração o processo histórico da legislação sobre inclusão no Brasil, além de autores como, Figueira (2017), Menezes; Santos (2001), dentre outros. A metodologia utilizada no processo de desenvolvimento do trabalho foi de abordagem qualitativa com entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Os resultados mostram progressos, mas indicam áreas que ainda precisam de melhorias, evidenciando a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de políticas públicas para assegurar o acesso, permanência e desenvolvimento dos alunos nas escolas da região. Portanto, é necessário que o poder público e todas as autoridades responsáveis pela educação tenham compromisso com eficácia da prática que está na teoria, garantindo que a educação inclusiva não seja apenas um direito formal, mas uma realidade, onde cada estudante possa se desenvolver plenamente e tenha seu direito à educação respeitado e promovido.

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Pessoas com Deficiência;

---

<sup>1</sup>Artigo elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFPA (Campus Belém). Orientado pela Prof.a. Dr. Zenilda Botti Fernandes da Faculdade de Educação/ICED/UFPA. Defendido em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

<sup>2</sup>Graduanda do curso de Pedagogia (Campus Belém) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [bruna.rocha@iced.ufpa.br](mailto:bruna.rocha@iced.ufpa.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil tem registrado avanços nas últimas décadas, no entanto, ainda enfrenta grandes desafios, tanto em âmbito nacional quanto no Município de Ananindeua-Pará. A partir da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu marcos legais voltados para a promoção dos direitos de todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiência, o debate sobre a inclusão escolar tem se ampliado. Entretanto, permanecem lacunas no que tange ao aprendizado e à efetiva integração de estudantes com deficiência nas escolas. Apesar de progressos ao longo do tempo, esses déficits indicam a necessidade de novas ações para garantir o acesso e a permanência desses alunos no ambiente escolar.

O município possui 85 escolas e 20 anexos escolares, que no ano de 2021, atendeu cerca de 700 estudantes com deficiência. Diante desse número, a região enfrenta a necessidade constante de estratégias, políticas públicas e adequações afirmativas nas instituições, almejando melhorias educacionais para promover o acesso e a permanência dos alunos que nela buscam o conhecimento como um direito assegurado na sociedade (Ananindeua 2021).

O interesse acerca do tema envolvendo educação inclusiva no Município do Estado do Pará, surgiu a partir da minha experiência de estágio em uma escola do Município e do diálogo com colegas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que atuam como ‘facilitadoras’ no acompanhamento de alunos com deficiência física ou cognitiva nas escolas de educação básica, anos iniciais, vinculadas à Secretaria de Educação do Município de Ananindeua - PA (SEMED).

Para proporcionar uma reflexão acerca da educação inclusiva, este estudo possui grande relevância pedagógica, política e social, por ser pautado na importância da socialização e desenvolvimento do aluno, pois busca uma análise sobre o quanto as escolas precisam se adaptar, às carências de currículo, infraestrutura, relações sociais dentro e fora de sala de aula, atividades e avaliações dos estudantes e as estratégias atuais voltadas para essas questões.

A pesquisa tem por objetivo geral refletir sobre os desafios da educação inclusiva no Município de Ananindeua-PA e analisar as estratégias utilizadas para superá-los. Especificamente, pretende-se estudar a evolução da educação inclusiva no Brasil, identificar e avaliar as estratégias adotadas para promover a inclusão, analisar os principais desafios na implementação da educação inclusiva no local e verificar a definição de inclusão adotada pelo município.

Para entender o contexto da pesquisa, torna-se necessário indagar como se deu o processo histórico da educação inclusiva? Como a educação inclusiva em Ananindeua-PA

reflete no processo educacional do aluno com deficiência? Como está definida a educação inclusiva no Município de Ananindeua? Além disso, é fundamental analisar como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) contribui para a inclusão de alunos na educação em Ananindeua?

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Historicamente a educação inclusiva no Brasil é pautada em uma extensa caminhada de desafios (que não finda), lutas e conquistas, ao longo da história social e educacional. Para entender os desafios e progressos dessa área, deve-se situar na história os principais momentos sobre a evolução da inclusão escolar no país, refletindo uma visão generalizada de que a deficiência na antiguidade era uma condição a ser tratada ou curada.

Segundo Figueira (2017), esse momento foi o processo de inclusão das crianças deficientes. O autor fala que ‘ao longo da história médicos pesquisaram, escreveram e publicaram alguns trabalhos preocupados com a aprendizagem das crianças com necessidades especiais’. Em decorrência desse marco presente em meados do século XIX, no Brasil, instituições foram criadas com intuito de buscar melhorias para os que precisavam de auxílio. As instituições tinham como objetivo beneficiar os deficientes mais pobres, pois além da deficiência tinham a situação financeira ruim como mais um agravante.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve mudanças graduais para promover a inclusão, como, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que enfatiza a igualdade na educação para todos.

Dados oficiais da época mostram a fundação de duas instituições: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1958 (atual Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos - Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES), em 1956. (KASSAR, 1999., p.19). Porém o perfil dessas instituições segundo Nascimento; Chaves; Costa; Torres (2020) era mais voltado para as deficiências visuais e auditivas, continuando a exclusão das deficiências físicas e principalmente das intelectuais. Esse atendimento foi irregular e quase inexistente como iniciativa oficial na área educacional.

Em meados do século XIX, começaram as primeiras iniciativas voltadas para a Educação Especial no Brasil, com a criação de instituições como a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). De acordo com Santana (2020), essas associações surgiram devido à falta de preparo das escolas públicas para atender alunos com necessidades especiais. Somente na década de 1930 a educação escolar para essas pessoas foi

efetivamente estruturada, e em 1954 foi fundada a primeira APAE. Essas instituições, com o apoio do governo e da comunidade, passaram a desenvolver e difundir metodologias e materiais educativos específicos.

A inclusão educacional surgiu de diferentes momentos e contextos, como já relatado, especialmente , a partir da década de 1990, o Brasil avançou significativamente nas políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. Com a promulgação da Constituição de 1988, que foi um ponto de virada ao estabelecer em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Além disso, o Artigo 208, inciso III, garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Este dispositivo foi essencial para impulsionar a inclusão escolar e promover o debate sobre a necessidade de adequação das instituições educacionais para receber alunos com deficiência.

No ano de 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, foi elaborada a Declaração de Salamanca, com o objetivo de orientar organizações e governos em suas práticas educativas. A declaração propôs, entre outras medidas, que as escolas recebessem tanto crianças com deficiências quanto as de altas habilidades. O principal propósito do documento foi estabelecer uma política que inspirasse ações de governos, organizações internacionais, nacionais, ONGs e outros atores, na implementação dos princípios e práticas voltados às necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca veio para ampliar a ideia de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam, por algum motivo, conseguindo se beneficiar com a educação.

Dessa forma, a ideia de “necessidades educacionais especiais” abarca não somente indivíduos portadores de deficiências, mas inclui também alunos que estejam passando por dificuldades de aprendizagem, repetindo continuamente os anos escolares, os que vivem em condições de pobreza, os que são forçados ao trabalho infantil, os que vivem nas ruas, os que vivem distantes das escolas, os que sofrem abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais ou aqueles que simplesmente não se encontram matriculados, por qualquer motivo que seja (MENEZES; SANTOS, 2001).

Segundo a Declaração,

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos

diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade [...] Dentro das escolas 13 inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva [...] (MENEZES; SANTOS, 2001, s.p).

Posteriormente, em decorrência da declaração de Salamanca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, consolidou o compromisso da educação brasileira com a inclusão ao reforçar a ideia de que a educação deve ser organizada de forma a garantir o atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais, estruturando um sistema educacional mais inclusivo. O artigo 58 da LDB estabeleceu que a educação especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, o que reforça a importância de adaptar o ambiente escolar para acolher a diversidade dos estudantes. A LDB também previu a oferta de serviços de apoio especializado, como salas de recursos multifuncionais e profissionais capacitados para atender às demandas dos alunos com deficiência.

Acompanhando os marcos legais voltados à educação inclusiva no Brasil, destacam-se o Decreto nº 3.298/1999, que definiu a Educação Especial como modalidade transversal em todos os níveis de ensino, e a Resolução CNE/CEB de 2001, que garantiu a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 enfatizou a construção de uma escola inclusiva, seguida pelo Programa Incluir de 2005, voltado à acessibilidade no ensino superior.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) reforçou o compromisso de garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas públicas.

Essas políticas foram reforçadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que buscavam garantir o acesso de alunos com deficiência ao ensino regular. Essas medidas fortaleceram o compromisso de promover uma educação para todos, assegurando o direito à inclusão em escolas públicas e privadas. Complementada pelo Decreto nº 7.611/2011, que regulamentou o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 2015 garante os direitos das pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão plena na educação e demais áreas sociais. A Lei nº 409/2016 reforça essa inclusão ao reservar vagas para pessoas com deficiência em cursos técnicos e superiores nas instituições federais, assegurando maior acesso à educação.

Nos anos seguintes, outras leis continuaram a promover a inclusão. Em 2019, a Lei nº 13.861 determinou a inclusão de dados específicos sobre pessoas com deficiência no Censo

Demográfico, facilitando o planejamento de políticas públicas. Em 2021, a Lei nº 14.126 reconheceu a visão monocular como deficiência sensorial, ampliando o acesso aos direitos previstos para pessoas com deficiência. Essas leis reforçam o compromisso com a inclusão social e educacional no Brasil.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes para a educação brasileira no período de 2014 a 2024. O PNE contempla metas específicas voltadas para a educação inclusiva, como a Meta 4, que propõe universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A trajetória da inclusão no Brasil é marcada por uma complexa evolução que envolve o Estado como responsável pela legislação na organização e regulamentação do ensino. Como salienta Glat e Ferreira:

Ainda que a educação fosse de responsabilidade do Estado, foram anos para que se concretizasse uma real organização do ensino que possibilitasse a todos de ter acesso. Para que chegasse ao cenário atual, a educação sofreu diversas adaptações e reformas, possibilitando assim, a criação de políticas educacionais a fim de não só manter a organização do ensino, como também de manter-se firme diante da questão da educação como direito social. Frente ao exposto, é acentuado que, “no Brasil, essas reformas foram marcadas pelos processos de descentralização e municipalização do ensino, sinalizados na Constituição e efetivamente acelerados a partir de meados dos anos 90 [...]” (GLAT; FERREIRA, 2003, p. 4).

É válido ressaltar o papel do Estado como ativo e responsável na elaboração das políticas públicas educacionais, cuja intenção é a de garantir acesso e permanência de todos no espaço escolar. Nesse sentido:

O direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos. Quando o Estado generaliza a oferta de escolas de ensino fundamental, tem o poder de responsabilizar os indivíduos e/ou seus pais pela frequência (ARAÚJO, 2011, p. 287).

Dessa forma, fica evidente a responsabilidade do Estado na educação para garantir o acesso à escola, com a promoção de políticas públicas que promovam qualidade na instituição e no ensino oferecido, assegurando inclusão para os todos os estudantes.

### **3 METODOLOGIA**

A Educação Inclusiva é um tema central em debates e reflexões no ambiente educacional, para instituições que visam garantir uma educação de qualidade para todos. Segundo Cervo e Bervian (2002) “A metodologia científica é a área do conhecimento que trata dos métodos de investigação próprios da ciência e das técnicas que permitem aos pesquisadores alcançar um conhecimento objetivo da realidade.”

Com base nessa premissa, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa. Os procedimentos incluíram pesquisa de campo, com coleta de dados por meio de observação participante, através de um estágio obrigatório realizado em uma instituição do município e entrevistas semiestruturadas com duas educadoras e duas auxiliares, com perguntas que pudessem fazê-las pensar criticamente sobre suas funções e alunos. Minayo (2009) cita que:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para enriquecer a análise proposta nesta pesquisa. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Dessa forma, podemos afirmar que ela consiste em um conjunto de informações e dados contidos em documentos impressos, artigos, dissertações, livros publicados, os textos e as informações são fontes para a base teórica da pesquisa e na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ananindeua, como muitas outras regiões, enfrenta dificuldades no cumprimento da legislação, necessitando de um esforço contínuo para promover a equidade e a justiça social por meio da educação inclusiva, transformando a experiência educacional em algo mais acessível e eficaz para todos os estudantes, independentemente de suas limitações. Mostrando a necessidade de maior investimento e colaboração entre diferentes esferas da sociedade.

A integração de crianças com deficiência em salas de aulas regulares enfrenta desafios, como: falta de acessibilidade, escassez de recursos adaptados, desatualização de professores, estigmatização, preconceito, ausência de políticas inclusivas e a falta de conscientização na comunidade escolar, que contribuem para a exclusão e limitação do pleno desenvolvimento educacional e social dos alunos. No município de Ananindeua não foi diferente, refletindo uma realidade na qual, apesar dos avanços, a exclusão ainda persiste.

Em uma entrevista semiestruturada realizada com duas auxiliares de classe exclusivas para crianças especiais e duas educadoras, que realizam atividade em escolas diferentes localizadas no Município de Ananindeua-PA, ficou claro os obstáculos que se fazem presentes para as crianças. Uma auxiliar, X1, que assiste uma criança do 8º ano relatou:

90% dos professores não se preocupam em fornecer atividades adaptadas para o aluno, eles fingem que ele não se encontra em sala de aula, e ele acaba produzindo pouquíssimo, e no final do bimestre passam para ele a mesma avaliação que é passada para os demais alunos. Falou ainda que a sala é extremamente barulhenta e os colegas não são instruídos e não respeitam a especificidade do aluno, que possui sensibilidade auditiva.

A outra auxiliar X2, descreve seu desafio: “minha aluna é cadeirante, e a instituição não possui uma estrutura cabível para que ela consiga uma melhor acessibilidade de locomoção”, a primeira educadora Y1, declara:

Apesar de termos formação continuada, dentro de sala encontramos uma realidade difícil, e tudo piora quando não temos auxiliares, pois a prefeitura não fornece auxiliar o suficiente, e em alguns casos temos mais de dois alunos com deficiência dentro de sala de aula, sem nenhuma ajuda.

A quarta entrevistada, educadora Y2 do AEE, descreve mais detalhadamente sua experiência, fornecendo uma visão mais ampla sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

O AEE garante o acolhimento, tanto para a criança como para a família, desde o ato da matrícula, pois é explicado as demandas que acontecem em sala de aula, como será organizado a solicitação de apoio, às atividades aplicadas de acordo com a necessidade da criança, entre outros. No AEE, nós profissionais, exercemos as habilidades nos alunos que vão ser essenciais para os trabalhos que realizaram em sala de aula regular, ele não funciona como reforço, mas posso desenvolver com meu aluno habilidades como jogo de olho, alternância a olho humano, lateralidade, visão espacial, ter atenção e foco na atividade, pontos importantes, pois ele aprende a questão da rotina, questões comportamentais, interação, entender que tem o momento da prática da atividade, tudo isso vai contribuir para a conduta do aluno em sala de aula. O trabalho quando bem desenvolvido no AEE contribuirá de forma satisfatória, porém em sala o professor regular também tem que ter uma contribuição, ambos unidos, beneficiarão o processo de inclusão e aprendizagem do aluno.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é uma das portas para a obtenção da inclusão desses alunos na escola regular de ensino e é garantido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). O AEE é um atendimento que acontece no contraturno do estudante, em salas com recursos pedagógicos, adaptações e atividades específicas. Além disso, preza pela garantia de direitos de Pessoa com Deficiência (PcD), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, uma educação de qualidade e efetiva.

As entrevistas mostram a relevância do estudo para a identificação dos desafios, e a avaliação das estratégias em prol da implementação da educação inclusiva no município de Ananindeua. A falta de adaptação nas atividades, destaca uma lacuna na sensibilidade e no suporte que os professores deveriam oferecer, pois a falta de atenção impacta diretamente o desempenho do aluno, inibindo sua aprendizagem. Lecionar é uma atividade que exige uma visão global, trata-se de uma profissão com desafios que exige conhecimentos e práticas que atendam a diversidade dos alunos, com e sem deficiência, respeitando suas especialidades.

Paulo Freire diz que “o professor que não leve a sério sua formação, que não estuda, que não se esforce à altura de sua tarefa, não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe”(1996, p. 56). Nesse quesito a formação de professores e a formação continuada é algo que deve ser proposto continuamente, para que essa lacuna não persista, e os docentes devem estar preparados para lidar com a pluralidade de especificidades que podem surgir.

A ausência de estrutura adequada para garantir acessibilidade, também representa uma barreira física para a participação de determinados alunos deficiente, e até mesmo na evasão escolar. Por fim, a sobrecarga que os educadores enfrentam, juntamente com a escassez de suporte, contribuem para uma realidade desafiadora dentro de sala, afetando duramente a implementação da educação inclusiva e evolução do aluno.

De maneira pessoal, relato minha experiência ao estagiar por seis meses em uma escola municipal que atendia apenas a educação infantil. A escola apresentava uma estrutura adequada, tendo sido recentemente reformada, e contava com professores especializados, incluindo a professora regente, além de profissionais de balé e educação física. Os alunos recebiam duas refeições diárias durante o turno escolar e havia um amplo espaço ao ar livre para atividades.

No entanto, algo essencial para a inclusão dos alunos com deficiência estava ausente: a presença de auxiliares. As salas de aula eram superlotadas, com mais de dois alunos necessitando de apoio especializado em diversas turmas. Em algumas salas, havia apenas um auxiliar, enquanto em outras não havia nenhuma, o que dificultava significativamente o

andamento das aulas. Muitas vezes, a professora se via obrigada a interromper suas atividades para atender às demandas desses alunos, evidenciando a carência para promover uma educação inclusiva de qualidade. Essa situação sobrecarrega a professora, comprometendo o aprendizado dos alunos com deficiência e a dinâmica da sala de aula como um todo.

Os relatos e as diretrizes legais destacam a discrepância entre a teoria e a prática e ilustram a realidade da educação inclusiva no município local. Apesar de a legislação, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2006), garantir o direito ao desenvolvimento pleno das pessoas com deficiência, ainda há uma lacuna significativa na implementação dessas normas. Conforme exposto nos depoimentos é evidente que essa meta encontra obstáculos diários como falta de adaptação nas atividades escolares, ausência de infraestrutura adequada e sobrecarga dos educadores.

A concepção da escola inclusiva, como descrita por Ferreira (2018) ‘é uma escola comum – ou regular – que acolhe todos os tipos de alunos, independente das diferenças. Nela, são criadas situações que favoreçam e respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos, visa acolher todos os estudantes’. Contudo, a prática ainda está distante desse ideal, como observados nos relatos, uma vez que o suporte para uma educação inclusiva efetiva é frequentemente limitado.

A triangulação entre as experiências práticas das educadoras e auxiliares e o respaldo legal evidencia que, enquanto a legislação oferece um suporte crucial, a realidade das escolas aponta para a necessidade urgente de ajustes na estrutura e na capacitação para que o ambiente escolar possa, de fato, se tornar um espaço inclusivo para todos os alunos.

A magnitude dos benefícios da educação inclusiva pode variar de um estudo para outro, mas a grande maioria reporta benefícios significativos para os alunos que são escolarizados ao lado de seus pares sem deficiência — ou, na pior das hipóteses, não mostra diferenças entre os estudantes incluídos e não incluídos”. Pois “A cada dia descobrimos novos níveis a serem discutidos quando abordamos essa diversidade”. Mendes (2017).

Do ponto de vista acadêmico, o contato diário com a diversidade em sala de aula estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais em todos os alunos. Segundo a Teoria Socio Interaccionista de Vygotsky (1991), a aprendizagem é um processo social, no qual a interação com colegas e educadores contribui para o desenvolvimento intelectual dos indivíduos.

Dessa forma, a educação inclusiva, ao incentivar a cooperação e o respeito às diferenças, cria um ambiente favorável para o desenvolvimento do estudante. É possível observar que a

convivência entre alunos com e sem deficiência em um ambiente inclusivo pela mediação do educador ajuda a promover empatia, valorização das diferenças e um aprendizado colaborativo, que beneficia o desempenho acadêmico e o desenvolvimento social dos estudantes. A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos e é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e de outrem (Camargo, 2017, p.1).

No município de Ananindeua-PA, os impactos da educação inclusiva seguem essa mesma linha, demonstrando como a convivência entre estudantes com e sem deficiência pode gerar um ambiente mais acolhedor, colaborativo e enriquecedor para todos. Quando as escolas adotam práticas inclusivas, não apenas os alunos com deficiência se beneficiam, mas também seus colegas, que aprendem a valorizar as diferenças, desenvolver empatia e trabalhar em equipe. Esse ambiente favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, além de melhorar o desempenho acadêmico de todos os alunos.

Além disso, a educação inclusiva contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente. Ao conviverem desde cedo em um ambiente diversificado, os alunos crescem mais preparados para lidar com a pluralidade presente no mundo fora da escola. Em Ananindeua, embora as políticas públicas busquem promover essas práticas, ainda há desafios significativos a serem superados para que o impacto seja sentido de maneira uniforme em todas as escolas. É essencial que as estratégias de inclusão sejam fortalecidas, garantindo que os benefícios observados em outras regiões e estudos também possam se manifestar plenamente no contexto local.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação inclusiva garante o acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas contribuindo para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças. Entretanto é pautada em processo histórico com desafios enraizados na sociedade.

A partir da análise dos dados é possível compreender que as políticas de inclusão trouxeram avanços significativos. No entanto, é evidente que ainda existe uma lacuna entre a escola, a família e as ações governamentais, principalmente em relação a qualificação profissional, infraestrutura, atividades adaptadas, recursos pedagógicos, mais locais para Atendimentos Educacionais Especializados, projetos envolvendo a família, de forma satisfatória pela escola

e outros setores envolvidos. Sendo fundamental a recorrência da pauta em debates sociais, políticos e acadêmicos.

Assim, de acordo com Mazzotta (1982, p.10), a educação inclusiva é: [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que elas sejam.

Este trabalho acadêmico destaca que a inclusão requer a transformação de padrões, promovendo novas práticas de ensino que são de responsabilidade do pedagogo e de todos os envolvidos no processo da educação inclusiva.

Nesse aspecto Mantoan (2003) ressalta:

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, p.20).

Procedente a isso, entende-se que a inclusão escolar é um processo extenso e que as instituições de ensino devem conscientizar-se sobre a importância da inclusão e respeito aos direitos das pessoas com deficiência. Portanto, para alcançar de forma urgente e efetiva a inclusão, é crucial investir na qualificação profissional, implementar políticas públicas apropriadas e promover uma atuação integrada entre escola, família e governo. A busca pela igualdade de oportunidades e pela plena realização dos direitos é responsabilidade coletiva, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ANANINDEUA. Fórum Municipal de Educação. **Relatório da VIII Conferência Municipal de Educação**. Fórum Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Ananindeua. 2022. Disponível em:

[https://www.ananindeua.pa.gov.br/midias/anexos/394\\_relatorio\\_viii\\_cmea\\_1\\_.pdf](https://www.ananindeua.pa.gov.br/midias/anexos/394_relatorio_viii_cmea_1_.pdf) Acesso em: 10 de out. 2024

ARAÚJO, G. C. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o estudar”**. Educar em Revista, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16471/14263#citations> Acesso em: 30 de out. 2024

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL, Constituição. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência–Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 25, 1989.

BRASIL, Constituição. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015

BOY, P.P. Educação Inclusiva: desafios e possibilidades. 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso em 26 de outubro de 2024.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, nº 1, jan./mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001). Acesso em: 26 out. 2024.

Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall.

**Educação inclusiva é positiva para todo**, Rodrigo Hübner Mendes, Instituto Unibanco, (2017). Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/24/>

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva**. Editora Brasiliense, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 22ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, R.; FERREIRA, J. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. 2003. Disponível em: [https://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio\\_Inclusiva/pdf/Educacao\\_inclusiva\\_Br\\_pt.pdf](https://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf) Acesso em: 30 de out. 2024

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_Análise do documento. Parâmetros Curriculares Nacionais-adaptações curriculares/estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. FE/UNICAMPI: 1988

\_\_\_\_ Incluindo os excluídos da escola. FE/UNICAMP: 2000

\_\_\_\_ Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo: Moderna, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: . Acesso em: 29 out. 2024

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Álisson Raul Melo; CHAVES, Valdianny da Glória Albuquerque; COSTA, Maria Adilza; TORRES, Vanessa Cavalcanti. Linha Do Tempo Na Educação Inclusiva:

Tecnologias Como Subsidio Para Aprendizagem. Disponível em: Acesso em: 30 de março 2020.

KASSAR, M. de C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos.** 1. ed. Campinas: Autores Associados. 1999.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória E Impasses Na Legislação. Disponível em: Acesso em: 14 de abril 2024.

VYGOTSKY, L. S. (1991). A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Martins Fontes.



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 5/2024 - FACEDUCACA (11.32.03)*

*(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 14/11/2024 15:01 )*

ZENILDA BOTTI FERNANDES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICED (11.32)  
Matrícula: ###528#1

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 5, ano: 2024, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **14/11/2024** e o código de verificação: **d8a6c9f788**